

## INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO POR VENEZUELANOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA<sup>12</sup>

### Insertion in the brazilian labor market by Venezuelans: an integrative review

Felipe Fernandes da Silva<sup>3</sup>

Universidade Estadual da Paraíba<sup>4</sup>  
João Pessoa, Paraíba, Brasil.

Manuella Castelo Branco Pessoa<sup>5</sup>

Universidade Estadual da Paraíba  
João Pessoa, Paraíba, Brasil.

#### Resumo

É possível enxergar no Brasil um fluxo expressivo e diversificado de imigrantes venezuelanos/as urbanos/as e de indígenas Warao. Boa parte procura por trabalho, constituindo um cenário desafiador. Esse estudo tem como objetivo a realização de uma revisão integrativa a respeito da inserção no mercado de trabalho por imigrantes venezuelanos/as no Brasil. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, que cumpriu seis etapas: identificação do tema e questão de pesquisa; critérios de inclusão e exclusão; definição de informações a serem retiradas dos estudos; avaliação; interpretação; e apresentação da revisão. Concluiu-se que a situação encontrada no Brasil não garante uma inserção digna de imigrantes venezuelanos/as no mercado de trabalho. Diversas dificuldades são encontradas e se intensificam quando falamos de mulheres venezuelanas e indígenas Warao. Os postos de trabalho, em sua maioria, são precarizados e até mesmo em condições análogas à escravidão.

**Palavras-chave:** emigrantes e imigrantes; Venezuela; saúde do trabalhador.

#### Abstract

A significant and diverse flow of urban Venezuelan immigrants and Warao indigenous people has been observed in Brazil, with a significant proportion seeking employment. This study aims to conduct an integrative review on the integration of Venezuelan immigrants into the labor market in Brazil. An integrative literature review was performed, following six steps: identification of the theme and research question; inclusion and exclusion criteria; definition of information to be extracted from the studies; evaluation; interpretation; and presentation of the review. The study's findings indicate that the current situation in Brazil does not provide a dignified integration of Venezuelan immigrants into the labor market. Numerous challenges are

<sup>1</sup> Editora responsável pela avaliação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liliam Deisy Ghizoni.

<sup>2</sup> Copyright © 2023 Silva & Pessoa. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons. Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

<sup>3</sup> [felipe\\_fernandes17@hotmail.com](mailto:felipe_fernandes17@hotmail.com)

<sup>4</sup> Centro Universitário de João Pessoa, BR-230 - Água Fria, João Pessoa - PB, 58053-000.

<sup>5</sup> [manucastelobranco2@gmail.com](mailto:manucastelobranco2@gmail.com)

faced, especially by Venezuelan and Warao indigenous women, including precarious employment and even conditions similar to slavery.

**Keywords:** emigrants and immigrants; Venezuela; worker's health.

---

## Introdução

Desde o início da crise humanitária na Venezuela, o Brasil tem sido rota de imigrantes e refugiados/as venezuelanos/nas, que veem no Brasil uma possibilidade de uma nova vida. O fluxo de deslocamento venezuelano ao Brasil fez com que as solicitações de refúgio tenham, nos últimos anos, alcançado números altos (Theves e Uebel, 2021). Situações como o desemprego, inflação, desabastecimento de produtos básicos e, conseqüentemente a fome, aparecem como as maiores motivações para a migração (Miranda, 2022).

No Brasil, percebe-se a migração tanto de venezuelanos/as urbanos/as, quanto de indígenas da etnia Warao (Oliveira, 2019). O deslocamento de venezuelanos/nas já pode ser visto como um dos maiores da história recente da América Latina e do Caribe. Nesses deslocamentos enfrentam a falta de recursos financeiros, alimentação escassa, dificuldades de encontrar lugares para dormir, insegurança, dificuldade de acesso a transporte, falta de documentos de viagem, pouca informação e preocupações com a saúde. (Miranda, 2022).

A migração é entendida como um processo voluntário de movimentação de uma pessoa ou um grupo dentro de um espaço geográfico, seja por um espaço de tempo, curto ou longo, ou até mesmo permanente. Ao cruzar fronteiras de entrada em outro país, são chamados de imigrantes, e ao sair de seu país são chamados de emigrantes. Normalmente essa movimentação se dá pela busca de uma melhor qualidade de vida (Lopes, 2009). Já o termo “refugiado”, segundo Uebel (2016), diz respeito a uma classe dentro dos migrantes que cruzam as fronteiras em busca de proteção, fugindo de violência, perseguição política, regimes políticos repressivos, e outras violações de direitos humanos como pobreza e miséria, desigualdade social e econômica e instabilidades políticas. Nesse estudo, nos referimos a essas pessoas com o termo “imigrantes venezuelanos/as”.

Esses deslocamentos são forçados por uma grave crise humanitária diretamente ligada a problemas políticos, econômicos e sociais. Tal situação pede às autoridades do Brasil, nos âmbitos federal, estadual e municipal, a chance de um acolhimento digno e uma possibilidade de integração desses/as venezuelanos/as no país (Oliveira, 2019).

Para tanto, desde 2018, o governo federal criou a “Operação Acolhida” através do Decreto nº 9.285/2018, como resposta ao grande fluxo migratório de venezuelanos em direção ao Brasil, e que se pauta em três ações principais. Em primeira instância, realiza-se o

ordenamento da Fronteira com o objetivo de receber e identificar os imigrantes que chegam ao Brasil por Roraima. Após essa primeira etapa, garante-se alimentação, proteção, segurança, saúde, atividades sociais e educativas, bem como se direciona os imigrantes para o processo de regularização migratória e resolução de pendências documentais. A terceira etapa diz respeito à interiorização para outros estados e inserção no mercado de trabalho (Miranda, 2022). Ao falarmos de trabalho e imigração, cabe ao Estado assegurar os meios de acesso ao trabalho para os/as refugiados/as acolhidos/as no Brasil através de políticas públicas (Silva e Bento, 2021). Boa parte dos/das imigrantes venezuelanos/as no Brasil procuram por trabalho, constituindo assim um cenário desafiador (Theves e Uebel, 2021).

Na busca por melhor qualidade psicossocial e de postos de emprego, a saúde psíquica desses/as imigrantes é impactada, colocando-os/as em situação de vulnerabilidade agravada. Visualiza-se, com base na literatura, que a maior parcela dessa população está exposta à condições laborais precárias, condições de superexplorações, e até mesmo o exercer de atividades análogas à escravidão. Dessa forma, compreender a relação trabalho-imigração é fundamental, a fim de que propostas funcionais sejam criadas (Gregoviski et al., 2021).

Para compreendermos o fenômeno do trabalho, parte-se da ergologia, por assumir que em toda atividade coloca-se em prática um saber pessoal que é resultado da história individual de cada um/uma, construída através de sua experiência não apenas profissional, mas também social, familiar, cultural, etc. (Trinquet, 2010). A ergologia contribui, então, ao visualizar de maneira plural o ser humano que realiza a atividade, relacionando a pessoa com o seu meio, debatendo as normas e valores, atualizando a atividade humana e o trabalho, partindo da ideia que a atividade de trabalho não se separa das outras circunstâncias da vida (Souza, 2021).

A partir disso, e pensando na relação entre o processo migratório de venezuelanos em direção ao Brasil e questões relacionadas ao acesso e inserção desses indivíduos no mercado de trabalho nacional, questiona-se: como tem se dado a inserção no trabalho pelos/as imigrantes venezuelanos/as no Brasil? Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo a realização de uma revisão integrativa a respeito da inserção no mercado de trabalho por imigrantes venezuelanos/as no Brasil.



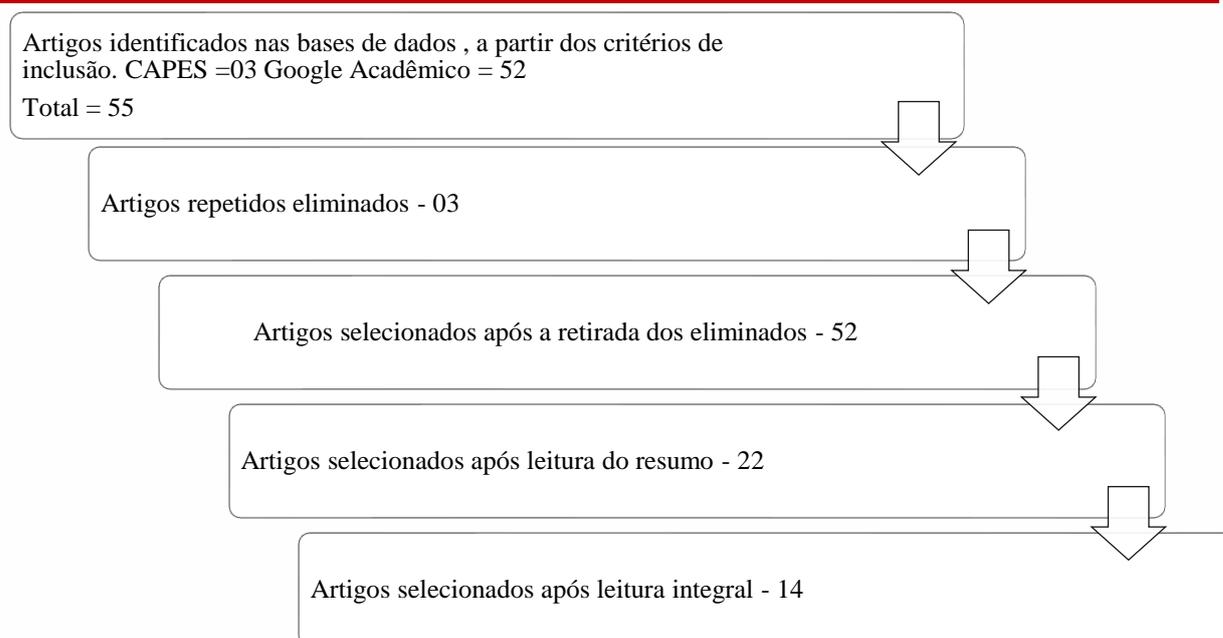
## Metodologia

Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, método que tem por objetivo a sintetização de resultados encontrados através de pesquisas de um tema em específico, produzindo informações mais amplas de um problema, correlacionando dados de literatura tanto teóricos quanto empíricos, a fim de alcançar uma compreensão mais abrangente. Para tanto, foi necessário o cumprimento de seis etapas: (1) identificar o tema e selecionar a questão de pesquisa; (2) estabelecer critérios de inclusão e exclusão; (3) definir informações a serem retiradas dos estudos selecionados; (4) avaliar os estudos incluídos; (5) interpretar os resultados; e (6) apresentar a revisão (Mendes e Galvão, 2019).

A coleta de dados ocorreu entre abril e maio de 2022, as bases de dados utilizadas foram: Periódicos CAPES e Google Acadêmico. Os descritores e operadores booleanos utilizados foram: trabalho AND imigração AND venezuelanos, respectivamente. Foram estabelecidos como critérios de inclusão: disponibilidade do artigo completo; estar em língua portuguesa e/ou espanhola; ter a temática relacionada ao trabalho após a imigração dos/das venezuelanos/as para o Brasil como tema central do estudo; e ter sido publicado entre os últimos cinco anos (2017 a 2022). Foi considerado como critério de exclusão os artigos repetidos.

A partir de tais critérios, foram encontrados um total de 49 artigos no portal Periódicos CAPES, e 5.100 artigos no Google Acadêmico. Após a leitura dos títulos, 3 artigos foram selecionados no Periódicos CAPES e 52 artigos foram selecionados no Google Acadêmico, totalizando 55 artigos. Destes 55 artigos, 3 foram retirados por serem repetidos, totalizando 52 artigos. Após a leitura dos resumos, foram selecionados 22 artigos e após a leitura integral, 14 se enquadraram em todos os critérios de inclusão. Desses 14 selecionados, 10 são artigos, 2 são monografias, 1 diz respeito a um trabalho apresentado em congresso, e 1 diz respeito a uma dissertação de mestrado. Dos 14 artigos selecionados, 4 foram publicados no ano de 2019, 5 no ano de 2020 e 5 em 2021.



**Figura 1.** Fluxograma dos resultados

## Resultados e discussão

A tabela 1, que segue abaixo, apresenta os artigos selecionados através dos critérios já explicitados, destacando-se os objetivos dos estudos, bem como informações como título, autor, ano e tipo.

**Tabela 1.** Descrição dos artigos selecionados.

Título	Autor/Ano	Objetivo	Tipo
Política migratória e direito ao trabalho: estudo de caso sobre a acolhida de imigrantes venezuelanos no Sul do Brasil.	Silva & Bento, 2021.	Analisar as dificuldades e as condições juslaborais vivenciadas pela população proveniente da Venezuela recém-chegada ao Sul do Brasil.	Artigo
Contexto sociojurídico do trabalho dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista/RR.	Neto & Padilha, 2020.	Compreender o perfil social dos trabalhadores venezuelanos e verificar quais são os direitos existentes, e sua efetividade no trabalho do imigrante no Brasil.	Trabalho em Evento
A Aplicabilidade da Convenção n.º 105 da OIT: Uma análise dos venezuelanos encontrados em condições análogas à de escravo no Brasil.	Nagasaki, Assis & Figueiredo, 2020.	Discutir a aplicabilidade da Convenção nº 105 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em relação ao contingente imigratório de venezuelanos no Brasil.	Artigo
Imigração venezuelana: os Waraos e o direito à moradia, à educação, ao trabalho e à cidade de Manaus (2016-2019).	Ribeiro, 2021.	Analisar os olhares discriminatórios e muitas vezes xenofóbicos dos moradores manauaras acerca da imigração venezuelana-warao que vêm sendo percebida em diversos espaços de Manaus.	Artigo

Desafios, limites e potencialidades do empreendedorismo de refugiados, solicitantes de refúgio e imigrantes venezuelanos no Brasil.	Barbosa, Tonhati, Herrera & Silva, 2020.	Compreender o perfil do empreendedor venezuelano no Brasil a partir de suas particularidades e considerando o cenário do processo de migração e suas consequências para o desenvolvimento de seus negócios.	Artigo
O venezuelano e o trabalho informal nos semáforos de Boa Vista.	Belota Júnior, Oliveira & Pimentel, 2021.	Observar e relatar a situação precarizada em que os imigrantes venezuelanos se encontram em Boa Vista, assim como dar visibilidade a condição que esta população se encontra, além de um breve relato e esclarecimento sobre a informalidade no campo de trabalho.	Artigo
Venezuelanas no Brasil: trabalho e gênero no contexto da Covid-19.	Andrade, Bitencourt, Santos & Vedovato, 2020.	Discutir a tríade mulheres venezuelanas, trabalho e o contexto da pandemia da Covid-19.	Artigo
Inserção de imigrantes no mercado de trabalho.	Oliveira, Oliveira, Cavalcanti e Guedes, 2019.	Realizar um diagnóstico da integração dos migrantes no mercado de trabalho brasileiro ao longo da última década com uso de ferramentas de análise estatística.	Artigo
Inserção laboral de imigrantes venezuelanos em Curitiba: desafios e possibilidades.	Ailán, 2020.	Compreender o processo de inserção laboral (constatações, dificuldades, facilitadores e entraves) dos/das venezuelanos/as na realidade social de Curitiba.	Monografia
Analisando a inserção dos refugiados venezuelanos no mercado de trabalho do Recife: uma oportunidade de investir na diversidade cultural das empresas?	Albuquerque, 2019.	Analisar a inserção dos refugiados venezuelanos nas empresas recifenses, a partir da experiência vivenciada pela Cáritas Brasil.	Monografia
Migração venezuelana e a exploração de trabalho análogo ao de escravo em Roraima.	Fagundes, 2019.	Relatar a atuação Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) por meio da Inspeção do Trabalho no Brasil no combate ao trabalho análogo à escravidão de migrantes venezuelanos.	Artigo
O sentido do trabalho a partir da experiência de migrantes venezuelanos e seus reflexos na socialização e diversidade no mercado de trabalho.	Züge, 2021.	Compreender como se dá o sentido do trabalho, a socialização e a diversidade na inserção dos migrantes venezuelanos/as no mercado de trabalho no município de Santa Maria/RS.	Dissertação
Perfil laboral de refugiados venezuelanos no Brasil.	Bispo & Silva, 2021.	Discutir interdisciplinarmente a inserção dos/das refugiados/as venezuelanos/as no mercado de trabalho brasileiro, englobando as áreas do Direito Internacional e Direito do Trabalho, bem como a Sociologia.	Artigo
Saúde e migração em Roraima: rede social migratória e impactos psicossociais na vida do migrante venezuelano enquanto trabalhador informal.	Silva, Barreto & Barreto, 2020.	Caracterizar as condições do trabalho informal e seus impactos psicossociais na vida do/da migrante venezuelano/na.	Artigo

Todos possuem como objetivo principal a discussão de questões relacionadas ao trabalho/inserção laboral de imigrantes venezuelanos/nas no Brasil. As publicações levam em consideração o aumento do fluxo migratório da Venezuela para o Brasil após o crise político-social que o país vem enfrentando e possuem seus resultados pautados na discussão desses

elementos que apresentam correlação com a literatura. Em geral, os estudos tratam de temas como as políticas de direito ao trabalho que são direcionadas a indivíduos migrantes no Brasil, os obstáculos vivenciados para conseguirem a inserção laboral no mercado de trabalho nacional, os postos de ocupação laboral, as relações de trabalho e a precarização do trabalho.

### ***Políticas de direito ao trabalho direcionados aos migrantes no Brasil***

Existe uma relação muito próxima entre o fenômeno migratório e a questão da inserção laboral. Os migrantes procuram por inserção social no país de acolhida, tendo seu início, na maioria das vezes, na procura por um trabalho que venha a prover suas necessidades básicas. O direito ao trabalho, compreendido como um direito humano, tem seu papel como uma condição mínima para proporcionar condições de acesso aos demais direitos sociais. Além de proporcionar o sustento do migrante e suprir suas necessidades econômicas, o trabalho desempenha importante papel ao legitimar o lugar do migrante em espaços públicos e defender seus direitos civis e políticos (Silva e Bento, 2021).

Nesse sentido, o direito ao trabalho no rol de direitos sociais não diz respeito apenas à discussão técnica do trabalho, mas também ao direito de trabalho digno, pois a Constituição apresenta-o como fundamento à dignidade da pessoa humana e qualquer forma de trabalho que esteja em dissonância a isso deve ser combatido pelo Estado (Nagasaki, Assis e Figueiredo, 2020).

Nessa direção, como aponta Schwartz (2011), o trabalho vai além da atividade técnica. A simplificação do trabalho seria algo praticamente impossível, pois nos deparamos com o fato de que a atividade técnica, ou seja, suas normas e medições é apenas uma das dimensões do trabalho humano. Na outra dimensão está tudo aquilo que o “lidar com a técnica” proporciona.

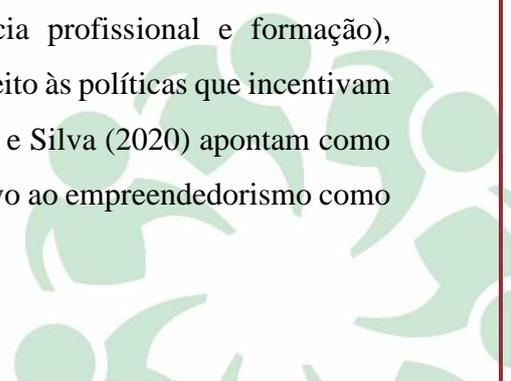
Então, levando em consideração a concepção ergológica, o conceito de trabalho encontra-se justamente no diálogo entre essas duas dimensões, dimensões que emergem nos estudos ao analisarem o trabalho na vida dos migrantes venezuelanos. Trata-se não apenas do acesso a bens de consumo, mas também de sua colocação no Brasil como trabalhadores/as. O trabalho vai ser sempre encontro e debate de valores. Isto sendo ignorado, não se poderá compreendê-lo bem. É inseparável dos meios de vida, sendo impossível uma neutralidade em sua construção. Proporciona e atua como uma relação de forças entre o que é social e o que é pessoal (Holz e Bianco, 2014). Assim, para todo ser humano, para todo grupo humano o trabalho é considerado um centro de vida, e sua vida no trabalho não possui uma esfera distinta que o separa da de sua vida pessoal (Schwartz, 2011).

Ao tratamos do estabelecimento de igualdade no tratamento de nacionais e estrangeiros/as, encontramos justamente o trabalho como o principal meio para recuperar a dignidade da pessoa humana em extrema vulnerabilidade, visto que, a possibilidade do indivíduo de conseguir manter a sua subsistência está totalmente relacionada com sua dignidade enquanto ser humano (Silva e Bento, 2021). Homens e mulheres estrangeiros/as possuem, então, os mesmos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal que os/as brasileiros/as. O reconhecimento desses direitos objetiva justamente a necessidade de que eles/elas sejam vistos/as como iguais, favorecendo, em tese, a sua inserção no mercado de trabalho brasileiro (Neto e Padilha, 2020).

Embora a nova Lei de Migração brasileira seja um avanço no olhar para os/as imigrantes e seus direitos, incluso ao trabalho decente, ela não se mostra suficiente para integrar de maneira eficaz os/as migrantes no mercado de trabalho nacional, no que diz respeito ao aproveitamento de suas habilidades e competências (Oliveira, Cavalcanti e Guedes, 2019). Em concordância, o estudo de Nagasaki, Assis e Figueiredo (2020) relata que, na prática, o que é possível visualizar é que as oportunidades de trabalho na região norte do país são escassas, não se inserem ou não se classificam como decentes.

Também emerge nos artigos selecionados, a implementação por parte do Estado brasileiro da força-tarefa logística e humanitária chamada de “Operação Acolhida”, que busca através das Forças-Armadas o amparo e recepção dessa população, ordenando a fronteira, abrigando os/as imigrantes e, em último ponto, interiorizando-os/as para outros estados do país, com o objetivo de ofertar melhores condições de inserção no mercado trabalho. Porém, pontua-se que, ainda que haja esse aparato pelo Estado na tentativa de uma melhor inserção dos/das imigrantes venezuelanos/as no mercado de trabalho brasileiro, uma parcela alta informa ainda estar sem trabalho, mesmo após a estratégia de interiorização e saída das casas de apoio, o que revela uma certa fragilidade da política implementada (Silva e Bento, 2021).

Ailán (2020) destaca algumas outras políticas nos estados do sul do Brasil e no país, como por exemplo o SINE - Sistema Nacional de Emprego, órgão do governo federal do Brasil, coordenado pelo Ministério da Economia, que objetiva unificar mão-de-obra por meio de suas agências, criando postos de trabalho. Porém, tece críticas por não pensar em postos de trabalho que sejam inclusivos e pautados na qualificação (experiência profissional e formação), terminando por contribuir com a informalidade. No que diz respeito às políticas que incentivam o empreendedorismo dos imigrantes, Barbosa, Tonhati, Herrera e Silva (2020) apontam como maiores facilitadores as instituições de acolhimento e de incentivo ao empreendedorismo como



a Missão Paz, Cáritas, Migraflax, e o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) (Barbosa, Tonhati, Herrera e Silva, 2020).

Sendo assim, ao verificarem e descreverem tais políticas e, conseqüentemente, suas potencialidades e fragilidades, Bispo e Silva (2021) enfatizam a necessidade urgente de que o Brasil reflita e possa implementar de uma forma mais eficaz políticas públicas que viabilizem condições dignas aos imigrantes venezuelanos/as, principalmente na inserção ao mercado de trabalho.

### ***Obstáculos para a inserção laboral dos/das imigrantes venezuelanos/as***

Diversos são os problemas que os/as imigrantes venezuelanos/as encontram para a recolocação no mercado de trabalho brasileiro, fazendo com que se sujeitem à informalidade, aos traficantes de mão de obra, aos empregadores de fachada, ao trabalho análogo à escravidão ou ao desemprego aliado à pobreza (Silva e Bento, 2021). Nesse sentido, estudos como o de Albuquerque (2019), Nagasaki, Assis e Figueiredo (2020), Bispo e Silva (2021) e Silva e Bento (2021) convergem em pontuar diversos obstáculos que essa população enfrenta, como por exemplo: o acesso à documentação, a não equivalência entre nível de formação e ocupação desempenhada, a barreira da língua portuguesa, a burocracia na revalidação dos diplomas, a xenofobia e a discriminação nos ambientes de trabalho.

A obtenção de determinados documentos, como por exemplo a carteira de trabalho (CTPS), é um dos fatores que mais dificulta o acesso dos/das venezuelanos/as ao trabalho. Quando chegam ao Brasil, normalmente buscam a solicitação de refúgio para permanecerem no país e manterem a oportunidade de se inserirem no mercado de trabalho brasileiro. Ao fazer a solicitação, a CTPS é expedida, e a portabilidade de todos os documentos necessários para trabalhar seria uma das condições para se interiorizar. Porém alguns/mas venezuelanos/as já interiorizados/as ainda não a possuem, visto que há uma dificuldade de revalidação das comprovações de experiências profissionais (Silva e Bento, 2021).

A maior problemática das políticas migratórias brasileiras para Oliveira et al. (2019) mora na incapacidade de integrar o/a imigrante no mercado de trabalho nacional de acordo com a sua qualificação, justamente pelo fato de que existe uma enorme dificuldade em validar seus diplomas estrangeiros e, conseqüentemente, em reconhecer suas habilidades. Em complementação à essa ideia, Silva e Bento (2021) revelam que esse obstáculo está relacionado à demora na apreciação das solicitações devido à sobrecarga das demandas nas universidades públicas, única instituição capaz de realizar a revalidação desses diplomas, bem como a

inexistência de um procedimento padrão para darem entrada nesse processo, além dos altos custos de taxas cobradas.

A barreira da língua portuguesa é possivelmente a maior dificuldade enfrentada pelos/as imigrantes no Brasil. À medida que não dominam a língua portuguesa, os/as trabalhadores/as imigrantes são colocados/as em risco de terem seus direitos trabalhistas violados pela dificuldade ou impossibilidade de argumentar contra essas violações. Podem ter sua mão de obra explorada, perderem oportunidades de contratação em cargos que precisem de maior necessidade de comunicação e prestar provas de certificação de conhecimentos para acessar determinada vaga, o que torna o aprendizado da língua portuguesa imprescindível à inserção laboral (Silva e Bento, 2021).

Ainda assim, aqueles/as venezuelanos/as que possuem seus documentos de imigração, aulas de português em instituições públicas e apoio das organizações de gestão de migrantes, não estão sendo incluídos/as no mercado formal de trabalho brasileiro, pois o protocolo de refúgio para conseguir um emprego em muitos lugares não é aceito (Ailán, 2020). Para Züge (2021), o idioma se destaca como um obstáculo nas relações, porém, consegue ser superado através do acolhimento por parte dos/das colegas.

No que diz respeito a não equivalência entre nível de formação e ocupação desempenhada, nota-se um número significativo de venezuelanos/as com maior qualificação profissional, mas que trabalha em áreas distintas das que exerciam na Venezuela, ainda que com experiências e formação para ocuparem cargos maiores. Isto ocorre pelo fato de não conseguirem comprovar sua qualificação profissional, necessitando de maneira consequente recorrer a postos de trabalho que exigem menos qualificação. Há relatos de contratados/as com remuneração para uma função de hierarquia menor e, no exercício laboral, precisarem fazer uso de conhecimentos referentes à sua real qualificação profissional (Silva e Bento, 2021).

Nesse sentido, ao descrevem sobre o perfil sociodemográfico de imigrantes venezuelanos/as residentes no Brasil, Nagasaki, Assis e Figueiredo (2020) apresentam dados que corroboram com as questões citadas anteriormente, pois boa parte dos/das imigrantes venezuelanos/as entrevistados/as possuíam ao menos o ensino médio completo ou uma formação em nível superior completa, mas a incapacidade do sistema em integrá-los/las gera um panorama onde a mão-de-obra qualificada se sujeita a condições degradantes.

Esses obstáculos ficam ainda mais acentuados quando tratamos dos/das imigrantes venezuelanos/as não urbanos, os que pertencem ao povo indígena Warao. Eles/elas têm enfrentado uma situação complicada quando o quesito é emprego, visto que esbarram na dificuldade com língua portuguesa, na falta de escolaridade e de documentação. Além disso,

suas configurações culturais são bem diferentes, tornando os/as imigrantes não desejáveis, visto que os/as desejáveis seriam aqueles que estão aptos/as aos trabalhos estruturados pela sociedade ocidental (Ribeiro, 2021).

O discurso que reforça o estigma de imigrantes como ameaça à segurança nacional e à ordem econômica ainda é bastante propagado, ainda mais quando tratamos de imigrantes em condições de vulnerabilidade que vêm de países periféricos. Quando tratamos sobre discriminação e xenofobia, vem à tona um dos maiores receios dos/das brasileiros/as: a substituição da mão de obra de nacionais pela estrangeira, causando desemprego para os/as brasileiros/as. Porém, o que vemos na prática é que, apesar de um grande aumento do número de imigrantes venezuelanos/as, a porcentagem de imigrantes em comparação aos nacionais é muito baixa, o que não sustenta a tese de uma ameaça à ordem econômica (Silva e Bento, 2021).

A partir de observações descritas por Belota Júnior, Oliveira e Alves (2021) em sinais e cruzamentos das ruas de Boa Vista, pôde-se perceber a discriminação xenofóbica sofrida pelos/as venezuelanos/as que desempenhavam trabalho informal como pedintes e vendedores/as. Eram ignorados/as pelos motoristas, em média, cerca de 75% das vezes em que carros paravam no semáforo e, ainda assim, os/as venezuelanos/as os cumprimentavam e agradeciam, mesmo que sem contribuição ou doação, assim como, muitos condenavam e recusavam seus serviços por os/as subjugarem a partir de sua nacionalidade.

A xenofobia atinge ainda mais o povo Warao, os quais possuem costumes de vida baseados na pesca, caça e artesanato. Suas vivências culturais diferentes são constantemente alvo de atentados intolerantes de moradores nacionais que os estigmatizaram de preguiçosos, de não quererem trabalhar. Esse viés parte da ideia de que o trabalho dignifica as pessoas, o que é bastante empregado nas sociedades modernas e pós-modernas (Ribeiro, 2021).

É possível visualizar e destacar que todas essas dificuldades descritas até aqui, por sua vez, podem também se pautar na questão de gênero, na medida em que todos esses efeitos da exclusão social sofridos pelos venezuelanos e pelas venezuelanas, ao estarem em um país diferente, por não serem falantes da língua portuguesa, agrava a situação de vulnerabilidade às vivências de assédio e outras formas de violência que acabam por atingir ainda mais as mulheres (Andrade, Bitencourt, Santos e Vedovato, 2020).

Sendo assim, os obstáculos presentes na integração dos/das imigrantes venezuelanos/as no mercado de trabalho brasileiro não ocorrem pela escassez de competências, mas sim em decorrência da falta de uma política que resolva essas questões como falta de documentação, procedimentos, revalidação de diplomas, diferenças culturais, língua e xenofobia (Albuquerque, 2019).

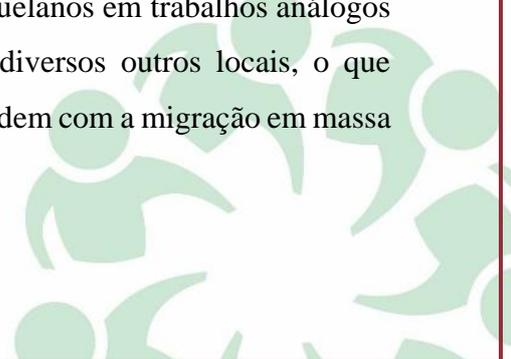
## Postos de ocupação laboral, relações de trabalho e precarização

As incertezas motivadas por um sistema produtivo em constante mudança, de modo acelerado e que se torna rapidamente ultrapassado afetam o mundo do trabalho, assim como a oferta de mão de obra migrante, na maioria das vezes mobilizada para a redução dos salários (Silva e Bento, 2021). Dessa forma, os processos migratórios podem estar ligados às dinâmicas do capitalismo, que no objetivo de diminuir custos e aumentar lucros, faz com que pessoas busquem trabalho em países que demandam por mão de obra pouco qualificada e de baixos salários (Andrade, Bitencourt, Santos e Vedovato, 2020).

É perceptível que a direção da migração é pautada, em primeira análise, pelo mercado de trabalho. O/a migrante busca ser absorvido/a pelo mercado de trabalho do país de destino, onde normalmente vai ocupar postos diferentes de sua área de experiência profissional ou de formação, e pela necessidade e vulnerabilidade, acabam submetendo-se a esses postos de trabalho (Silva, Barreto e Barreto, 2020). Nesse sentido, para a Ergologia, é justamente no enfrentamento cotidiano do mundo que a experiência se produz, por meio da atividade, através da qual o sujeito se expõe, se coloca à prova, se submete aos medos, às frustrações, e aos limites. A travessia desses enfrentamentos permite o desenvolvimento da experiência e a produção de um saber e de uma práxis. Nesse aspecto, a experiência pode ser compreendida como aprendizagem que decorre do encontro - e muitas vezes do confronto - do sujeito com o real (Mata, Oliveira e Barros, 2017).

A crise na Venezuela, que trouxe um grande número de imigrações de venezuelanos/as para o Brasil em busca de uma melhor condição de vida, fez com que eles/elas se deparassem com um país, principalmente em sua região Norte, não preparado para recebê-los/las, o que resultou em muitos/as imigrantes venezuelanos/as necessitando se sujeitar a trabalhos degradantes e em condições análogas à escravidão (Nagasaki, Assis e Figueiredo, 2020).

Em 2017, pela primeira vez houve um resgate de trabalho escravo na região urbana de Roraima e o primeiro na capital Boa Vista. Tratava-se de 4 imigrantes venezuelanos que prestavam serviços para uma empresa de montagem de tendas para festas e coletas de entulhos. Além do baixo salário, jornadas exaustivas e condições precárias, os venezuelanos também sofriam recorrentes humilhações. Resgates como esse, de venezuelanos em trabalhos análogos à escravidão voltaram a acontecer nos anos seguintes e em diversos outros locais, o que evidencia que não estamos tratando de casos isolados que coincidem com a migração em massa desses indivíduos nos últimos anos (Fagundes, 2019).



Em análise a respeito da proteção dos direitos trabalhistas de estrangeiros no Sul do Brasil, Silva e Bento (2021) apresentam as problemáticas relacionadas à jornada de trabalho superiores a oito horas por dia, diferenças nas horas de trabalho entre nacionais e imigrantes venezuelanos/as que ocupavam o mesmo cargo, jornadas maiores que as previstas em contrato, horários de descanso concedidas de maneira parcial e salários incompletos. Silva, Barreto e Barreto (2020), na mesma direção, também pontuam o trabalho em horários desfavoráveis como finais de semana e expedientes noturnos, ambientes desconfortáveis e ambientes inseguros, o que deixa evidente a precarização laboral a qual o/a migrante está submetido/a.

Com relação aos cargos e postos de ocupação laboral no mercado nacional, os/as imigrantes venezuelanos/as no Brasil se distribuem no exercício de atividades diversas, sendo destaque exercícios relacionadas à produção de bens e serviços industriais, setor que tem empregado mais imigrantes venezuelanos/as no Brasil (Bispo e Silva, 2021). Diferentemente, Silva e Bento (2021) apontam o setor do comércio como uma das áreas que mais introduziram os/as imigrantes venezuelanos/as, ainda que eles/elas possuíssem capacitação para exercerem outros postos de trabalho superiores.

Ao ampliarmos nossa perspectiva para dados da Coordenação Geral de Polícia de Imigração e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o perfil da profissão dos trabalhadores imigrantes é em maior parte de pedreiros, serventes, gesseiros, e com idades entre 18 a 49 anos (Neto e Padilha, 2020). Sendo assim, podemos perceber que não existiu nos estudos um consenso com relação às áreas e cargos que mais são ocupados/as pelos/as venezuelanos/as no Brasil.

Outro posto de ocupação pelos/as imigrantes venezuelanos/as descrito nos estudos é na informalidade, que é entendida e considerada como trabalho justamente por ser um meio de sobrevivência. As principais atividades praticadas pelos/as venezuelanos/as descritas são as de limpar carros, vender objetos, estarem como pedintes em sinais e buscar emprego formal ou informal através de cartazes escritos à mão (Belota Júnior, Oliveira e Alves, 2021).

Descrevendo sobre a informalidade, Silva, Barreto e Barreto (2020) discorrem sobre venezuelanos/as que possuíam empregos formais na Venezuela, e no Brasil trabalham informalmente. O cargo mais ocupado na informalidade seria a de vendedor ambulante, que concentra trabalhadores/as com menor escolaridade e de faixa etária jovem.

Nesse sentido, Ailán (2020) em análise sobre a inserção dos/das imigrantes venezuelanos/as no mercado de trabalho de Curitiba, apresenta que não é possível afirmar que tais indivíduos já se inserem no espaço público no que diz respeito ao acesso e inserção no mercado formal, restando apenas o campo da informalidade. Essa situação não seria diferente

em outras regiões do país. Nessa mesma linha, Albuquerque (2019) apresenta dados sobre a inserção laboral de venezuelanos/as em Recife, no nordeste do Brasil, afirmando que diversas questões como falta de documentação e revalidação de diplomas dificultam a inserção dos/das venezuelanos/as no mercado de trabalho, fazendo com que eles/elas atuem em empregos informais, de pouca remuneração e em desacordo com a sua formação.

Ao tratarmos sobre os cargos e postos de trabalhos ocupados por mulheres imigrantes venezuelanas, visualizamos também uma tentativa de ingressar no mercado de trabalho necessitando se submeter a trabalhos inferiores às suas qualificações, principalmente em áreas voltadas ao cuidado, como babás, ou de limpeza, como empregadas domésticas, o que revela que os papéis de gênero baseados na ideia de mulher cuidadora ainda estão presentes na cultura latina, bem como de forma geral no mundo (Andrade, Bitencourt, Santos e Vedovato, 2020).

Em geral, as mulheres venezuelanas possuem empregos em condições extremamente piores do que os homens, e a taxa de desemprego é o dobro comparada com a dos homens (Züge, 2021). Outra justificativa para que os trabalhos domésticos sejam mais presentes quando tratamos das atividades laborais desempenhadas pelas imigrantes venezuelanas estaria a justificativa da não exigência de formação ou comprovação de experiência (Bispo e Silva, 2021).

Em análise a respeito do sentido atribuído ao seu trabalho no Brasil por parte dos/das imigrantes venezuelanos/as, Züge (2021) aponta que a maioria se mostra insatisfeita, em razão da desvalorização por parte dos seus superiores, pela ocupação em si e pela dificuldade linguística. Eles/elas mantêm-se ocupando ainda esses postos pelo medo de ficarem desempregados/as e não conseguirem um trabalho melhor.

É possível também verificar nos estudos a presença daqueles/as que ocupam a posição de empreendedores, seja por já possuírem negócios na Venezuela ou por terem passado a empreender no Brasil. Ao tratar sobre eles, Barbosa, Tonhati, Herrera e Silva (2020) defendem que empreender não pode ser visto através de uma relação direta com o fato de ser migrante e com a dificuldade de se inserir em um emprego formal. Ao contrário, segundo os autores, os/as imigrantes venezuelanos/as teriam ações empreendedoras interiorizadas em sua cultura, e, embora a maioria tenha mudado de ramo de atividade no Brasil, isso demonstra flexibilidade e capacidade de se adaptar às realidades impostas a eles/elas. Diante do exposto, questiona-se até onde esse fato pode ter visto como flexibilidade e adaptação, ou se seria falta de opção.

Diferentemente dos dados descritos acima, os estudos de Bispo e Silva (2021) e Silva e Bento (2021) se apoiam em uma ideia oposta, que reforçam que em sua maioria, os/as imigrantes venezuelanos/as buscam por emprego formal, adequados a seus níveis de formação,

competências e experiências profissionais, e, ao se deparar com todos os obstáculos para essa inserção no mercado laboral nacional, necessitam se submeter à informalidade e/ou empreender.

A precarização e a presença de trabalho análogo à escravidão no Brasil já existiam; os fluxos migratórios apenas os intensificaram, devido a todas as problemáticas dessa correlação. A possibilidade de resolução dessas questões mora numa maior presença do Estado através de políticas públicas que objetivem o combate e a prevenção desses problemas, e que seja capaz de atender tanto a demanda já existente, quanto as novas demandas relacionadas aos/às imigrantes venezuelanos/as, advinda do grande fluxo migratório e que os tornam alvos fáceis de exploração no trabalho, bem como da precarização (Nagasaki, Assis e Figueiredo, 2020).

Para Antunes (2011), estamos diante de uma nova fase de desconstrução do trabalho que impulsiona os modos de ser da informalidade e da precarização, levando à inserção de uma nova era de precarização estrutural do trabalho em níveis globais. Para Standing (2013), ser precariado é ser sujeito a diversas pressões e diversas experiências que conduzem a uma existência que é precariada. Além disso, diz respeito a viver no presente sem uma identidade segura ou um senso seguro que permita desenvolver-se por meio do trabalho e de seu estilo de vida.

O apoio familiar emocional e financeiro com aqueles que já possuíam familiares no Brasil foi um facilitador. Aqueles/as que chegaram ao Brasil sem ou com poucos recursos financeiros enfrentaram dificuldades prolongadas (Barbosa, Tonhati, Herrera e Silva, 2020). Aqueles/as que se mostram satisfeitos/as com relação à sua situação laboral no Brasil, demonstraram uma satisfação relacionada diretamente ao apoio junto a sua equipe, à possibilidade de aprendizagem durante seu exercício laboral, à garantia de salário, benefício de refeição e cesta básica (Züge, 2021).

Nessa perspectiva, Schwartz (2011) enfatiza que a riqueza da experiência se relaciona diretamente entre o sujeito e o seu coletivo. No caso aqui discutido, esse coletivo se revela a partir de relações com outros/as venezuelanos/as, sejam familiares, amigos, colegas de trabalho.

A aprendizagem ocorre tanto de um modo singular como de modo social, conduzindo-se na vida, tornando-se um patrimônio vivido, e proporcionando a construção de saberes que o transformam por constituí-lo como trabalhador/a. Essa construção de saberes dá suporte ao enfrentamento de situações que ameaçam sua vida e convoca o sujeito a saber de si, do seu corpo, da sua história, da sua cultura e da sua humanidade (Mata, Oliveira e Barros, 2017). Pensar nas trajetórias de trabalho dos/das migrantes venezuelanos/as, é pensar nessas dramáticas, nos usos de si a partir dessas inserções laborais.

Em geral, podemos afirmar que os/as imigrantes venezuelanos/as estão de inseridos/as no mercado laboral brasileiro de maneira extremamente precária. Essa inserção, quando existe, ocorre por meio de setores que não exigem comprovação de formação profissional, experiências e competências, e apresentam valores de salário na faixa do salário mínimo brasileiro (Bispo e Silva, 2021).

### **Considerações Finais**

A revisão integrativa empreendida neste artigo demonstra o que vem sendo produzido a respeito da inserção no mercado de trabalho por imigrantes venezuelanos/as no Brasil. No geral, os estudos apontam para diversos obstáculos e uma situação de precarização desses/as trabalhadores/as. Se por um lado, a imigração venezuelana em direção ao Brasil se dá pela possibilidade de uma melhor qualidade de vida, fugindo da crise humanitária em seu país, por outro, a situação encontrada no Brasil, de acordo com os estudos discutidos, é a não garantia de uma inserção digna.

Esse fluxo migratório causa mobilização justamente pela velocidade e intensidade na qual ocorreu, suas características, enfrentamentos e heterogeneidade, culminando na necessidade de um olhar especializado e resolutivo no que diz respeito ao acolhimento e integração desse povo, que parece ainda não ter acontecido de maneira suficiente. Partindo da centralidade do trabalho, não seria diferente na questão da imigração. Percebe-se uma correlação de um posto de trabalho e uma melhor qualidade de vida por parte dos/das imigrantes venezuelanos/as no Brasil, fazendo com que a realização de uma atividade laboral e inclusão no mercado de trabalho nacional seja o desejo da maior parte desses indivíduos.

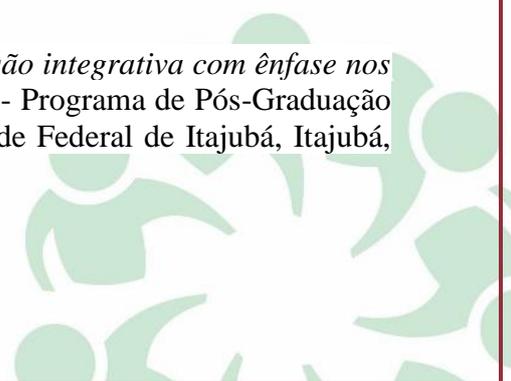
Os estudos apontaram também as diversas dificuldades de inserção dessa população no mercado de trabalho nacional. Dificuldades como o acesso à documentação, a realização de atividades laborais em menor nível de formação, a dificuldade com a língua portuguesa, a burocracia na revalidação dos diplomas, assim como a xenofobia e a discriminação nos ambientes de trabalho. Essas dificuldades se intensificam quando falamos de mulheres venezuelanas, bem como do povo indígena Waraos, que além dos/das venezuelanos/as urbanos/as também acompanharam o fluxo migratório para o Brasil, fugindo das condições atuais do seu país de origem. Quando conseguem postos de trabalho, é possível visualizar, em sua maioria, postos relacionados a trabalhos precarizados, ocupando os horários e turnos mais difíceis, em ocupações que não são equivalentes à sua formação profissional e educacional, na

informalidade, em sinais como pedintes ou vendendo objetos, e até mesmo em condições análogas à escravidão.

Diante do exposto, nota-se uma necessidade de uma maior compreensão da relação entre imigração e trabalho, tomando este como um fator central no estabelecimento de imigrantes em outro país, e não apenas como mais um fator que colabora. Necessita-se de mais estudos que visem discutir e analisar essas questões, bem como de políticas públicas que sejam mais eficazes no acolhimento e na integração desses/as imigrantes na sociedade brasileira, através de uma inserção laboral digna.

## REFERÊNCIAS

- Ailán, E. R. A. (2020). Inserção laboral de imigrantes venezuelanos em Curitiba: desafios e possibilidades. (Trabalho de Conclusão de Curso - Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Albuquerque, L. F. D. (2019). Migrantes e o processo de integração: um estudo de caso sobre migrantes venezuelanos em João Pessoa. (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, PB, Brasil.
- Andrade, C. B., Bitencourt, S. M., Santos, D. L., & Vedovato, T. G. (2020). Venezuelanas no Brasil: trabalho e gênero no contexto da Covid-19. *UNICAMP/Núcleo de Estudos de População Elza Berquó*. 2020. p.426-434.
- Antunes, R. (2011). Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho. *Serviço Social & Sociedade*, (107), 405-419.
- Barbosa, L. A., Tonhati, T. M. P., Herrera, M. U., & Silva, L. C. (2020). Desafios, limites e potencialidades do empreendedorismo de refugiados, solicitantes de refúgio e imigrantes venezuelanos no Brasil. *Anais*, 1-9.
- Belota Junior, H. D. S. B., Oliveira, C. T. G., & Alves, G. (2021) *O venezuelano e o trabalho informal nos semáforos de Boa Vista*.
- Bispo, L. V. S., & Silva, J. B. (2021). Perfil laboral de refugiados venezuelanos no Brasil. *REN9VE-Revista Científica Campus XIX-UNEB*, 2(2), 58-71.
- Fagundes, M. K. (2019). Migração venezuelana e a exploração de trabalho análogo ao de escravo em Roraima. *Revista da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho*. (3) 293-326.
- Gregoviski, V. R., de Moraes Ortigara, G., Soares, A. P., & Monteiro, J. K. (2021). “Luz para a rua e escuridão para dentro”: imigração, trabalho e saúde mental. *Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 6(12), 78-94.

- Holz, E. B., & Bianco, M. F. (2014). O conceito de trabalho na ergologia: da representação à atividade/The concept of work in Ergology: from representation to activity. *Trabalho & Educação*, 23(2), 157-173.
- Lopes, M. D. O. (2009). Imperialismo, petróleo e Revolução Bolivariana: impasses político-ideológicos do governo Chávez na Venezuela.
- Mata, C. C., de Oliveira, F. G., & Barros, V. A. (2017). Experiência, atividade, corpo: reflexões na confluência da psicossociologia do trabalho e ergologia. *Psicologia em Revista*, 23(1), 361-373.
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. D. C. P., & Galvão, C. M. (2019). Uso de gerenciador de referências bibliográficas na seleção dos estudos primários em revisão integrativa. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 28.
- Miranda, L. D. J. (2022). *A migração venezuelana no Brasil e a utilização da rede social Facebook no processo de integralização dos imigrantes.*
- Nagasaki, J., Assis, A., & Figueiredo, E. (2020). A Aplicabilidade da Convenção n. ° 105 da OIT: Uma análise dos venezuelanos encontrados em condições análogas à de escravo no Brasil. *Plural*, 27(1), 39-61.
- Neto, E. A., & Padilha, P. C. (2020). Contexto sociojurídico do trabalho dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista/RR. *Anais do III Seminário Nacional de Sociologia: Distopias dos extremos: sociologias necessárias.*
- OLIVEIRA, A. T. R. D. (2019). A Migração venezuelana no Brasil: crise humanitária, desinformação e os aspectos normativos. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília, 13(1), 219-244.
- Oliveira, W., Oliveira, A., Cavalcanti, L., & Guedes, A. (2019). Inserção de imigrantes no mercado de trabalho: integração de dados e análise dos novos fluxos. In *Apresentação preparada para o 19º Congresso Brasileiro de Sociologia*. Santa Catarina, Brasil.
- Ribeiro, M. (2021). Imigração venezuelana: os Waraos e o direito à moradia, à educação, ao trabalho e à cidade de Manaus (2016-2019). *Manduarisawa-Revista Eletrônica Discente do Curso de História da UFAM*, 5(1), 28-40.
- Silva, L. N. B., Barreto, F., & Barreto, T. M. A. C. (2020). Saúde e migração em Roraima: rede social migratória e impactos psicossociais na vida do migrante venezuelano enquanto trabalhador informal. *Saúde em Redes*, 6(3).
- Silva, R. F., & Bento, J. S. (2021). Política migratória e direito ao trabalho: estudo de caso sobre a acolhida de imigrantes venezuelanos no Sul do Brasil. *Colombia Internacional*, (106), 165-198.
- Souza, A. C. D. (2021). *Ergologia, saúde e trabalho: uma revisão integrativa com ênfase nos centros de atenção psicossocial.* (Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação - Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade). Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, mg, brasil.
- 

- Standing, G. (2013). El precariado. Una nueva clase social. (1a ed.), Barcelona: *Ediciones de pasado y presente*.
- Schwartz, Y. (2011). Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. *Trabalho, Educação e Saúde*, 9, 19-45.
- Theves, C., & Uebel, R. R. G. (2021). Imigração, nacionalidade e xenofobia: o caso dos venezuelanos no Brasil—uma análise crítica. *Nacionalidade em perspectiva: estudos comparados à luz da experiência brasileira, europeia e possíveis reflexos nas políticas migratórias*. 66-86.
- Trinquet, P. (2010). Trabalho e educação: o método ergológico. *Revista HISTEDBR On-line*, 10(38e), 93-113.
- Uebel, R. R. G. (2016). A mudança da política externa brasileira para imigrantes e refugiados: o caso da imigração haitiana no início do século XXI. *Barbarói*, (47), 22-43.
- Züge, A. A. (2021). *O sentido do trabalho a partir da experiência de migrantes venezuelanos e seus reflexos na socialização e diversidade no mercado de trabalho*. (Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em administração Pública). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. RS. Brasil.

<b>Contribuições dos autores</b>	
Autor 1	Curadoria de Dados, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição, Investigação, Metodologia, Recursos.
Autora 2	Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Escrita – Revisão e Edição, Metodologia, Software, Supervisão, Validação e Visualização.